

Diálogos Urbanos: Remoção, despejo e reintegração

Participantes:
Hector Sousa
Benedito Barbosa
Juliana Oliveira

[Trilha]

HECTOR: Bem-vindos e bem-vindas ao podcast meio fio, seu podcast sobre Desenvolvimento Urbano Sustentável. Eu sou Hector Sousa, estou aqui mais uma vez com vocês trazendo o episódio do diálogos urbanos. O projeto tradus continua falando sobre o tema de moradia, digna, segura e bem localizada e nesse episódio de hoje vamos falar sobre três processos que perpassam sobre esse tema: remoção, despejo e reintegração de posse e aqui comigo estão duas pessoas que trabalham e discutem sobre o tema. Então vou pedir para vocês se apresentarem para os nossos ouvintes Benedito Barbosa bem-vindo ao meio-fio, muito obrigado por aceitar o convite aqui para participar.

BENEDITO: Alô. Obrigado pessoal pelo convite. O pessoal do Meio Fio, do podcast e também assim a gente tá aqui. Eu sou Dito, da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. Nesse momento tô um pouco emprestado aí, ajudando na articulação da Campanha. Emprestado, não imprestável, né, para Campanha Nacional Despejo zero. E a gente vem contribuindo nessa luta. Especialmente nesse período de pandemia. Eu já trabalho há muitos anos, mas com esse tema, mais especialmente no período da pandemia, a gente se dedicou bastante nossa energia à questão das ameaças de despejo no Brasil, né? Vamos falar sobre isso daqui a pouco.

HECTOR: E aqui com a gente também está Juliana Oliveira, Juliana bem-vinda ao meio-fio. E obrigado por aceitar participar aqui do nosso papo.

JULIANA: Eu que agradeço, eu sou Defensora Pública aqui no Estado do Pará. E sou doutora em direitos humanos e atuo e conflitos fundiários urbanos e agrários acerca de uns seis, sete anos, to muito honrada de tá aqui dividindo esse podcast com o Dito, o Dito é de fato uma das figuras de maior representatividade nessa luta hoje no Brasil. E agradeço de novo esse convite Hector, vamos começar.

HECTOR: Como o próprio nome do episódio diz, vamos falar sobre esses processos que têm relação direta com morar, então pra dar o ponto de partida aqui no nosso papo, no nosso diálogo. Queria que vocês trouxessem aí uma explicação para quem não sabe muito bem o que são esses processos, né? O que é o processo de remoção, o de despejo e de reintegração de posse e também quais os motivos que levam a esses processos acontecerem.

JULIANA: Eu vou começar, Dito, porque tá uma coisa bem fresquinha na minha cabeça. Eu acabei de defender o doutorado agora foi nessa área, né? Foi é o título, inclusive é "Despejos e remoções forçadas e imóvel público urbano" e que eu identifico, um novo, uma nova posse, a qual eu chamo de posse urbanística. E bom, esse estudo que eu fiz ele parte, inclusive dos despejos e remoções. E inicialmente Hector é a gente tem um grande problema com os termos, tá? Terminologia. Então, assim, você tem o termo despejo forçado, remoção forçada, desocupação forçada, deslocamento forçado, reintegração de posse, como você disse também, são vários termos que são utilizados muitas vezes como sinônimos, mas eles não são sinônimos tá? É nós não temos hoje é estudos no Brasil que consigam diferenciar essa terminologia, a própria lei do Despejo Zero que foi a nossa primeira lei federal tratando sobre o tema ela também, apesar dela distinguir a desocupação ou remoção forçada do despejo, deixando o despejo não somente para a situação é da Lei do Inquilinato, em outros momentos da Lei ela também é acaba confundindo e trazendo de novo essa confusão terminológica, tá? Mas assim, independente da confusão terminológica esse fenômeno, ele é um fenômeno que ele questiona ou inviabiliza a posse sobre determinada área, independentemente de título ou não tanto por processo judiciais como por processos administrativos e que pode conter um não o reassentamento. Então, sempre que você tiver uma situação de uma coletividade que ela tem inviabilizada a sua moradia ali, a sua ocupação por uma ordem judicial ou por uma ordem administrativa, a gente está diante desse fenômeno que a gente pode dar toda essa essa inúmeras lista de nomes. Eu costumo utilizar despejos e remoções forçadas por um motivo, a expressão despejo, ela é muito aceita socialmente, ela é muito compreendida pela sociedade civil enquanto a expressão remoção forçada, ela é muito utilizada dos documentos oficiais da ONU, da OEA e mesmo na lei de despejo que a gente tem hoje, né?

BENEDITO: Então, acho que é quase a mesma coisa assim. Eu entendo também o que a Juliana tá falando. Eu diria que também é quando você perde a sua moradia. Uma pessoa perde, as pessoas mais em geral, as pessoas mais pobres, com a moradia contra a vontade dela, ou seja, é quando você não tá consentindo com essa perda da moradia. Por

exemplo, quando acontece um desastre, um evento extremo, nós estamos vendo agora, por exemplo, várias situações, que a pessoa acaba perdendo a sua moradia. Por exemplo, por causa da chuva daqui no caso de São Paulo, no Litoral Norte de São Paulo, mas a gente acompanhou tá acompanhando aí a chuva né também agora no no Norte, parte Norte, Nordeste do Brasil também no Maranhão e também na Região Norte no Acre, a gente viu até quantas pedras pessoas perderam essa moradia, , por em função de um evento, vamos dizer assim associado aí as mudanças climáticas. E ao que nós estamos chamando, de eventos extremos, em função também, das guerras. Então, por exemplo, a gente na Palestina, por exemplo, pega um caso assim Israel, uma forma de reprimir os assentamentos, derrubando as casas das pessoas ou tirando a condição das pessoas de ter o seu direito à moradia, dentro dos assentamentos na Palestina, nas situações dos conflitos armados que provoca em geral muito deslocamento ou caso, por exemplo, do terremoto agora que aconteceu lá na Síria, por exemplo, na Turquia, muita gente acaba sendo deslocada, de alguma forma. É do terremoto que aconteceu no Haiti, quantas pessoas acabaram se deslocando pro Brasil porque perderam a sua moradia em função também de um desastre associado a um evento que jogou muita, muita, muita gente, nas ruas. Ou também pelas vias aí que a Juliana já falou também, pela via judicial, pela via administrativa também. Quando as pessoas são removidas também contra a vontade dela da sua moradia, elas são despejadas ou removidas da sua moradia. Então um pouco a gente trabalha com esse conceito bem aberto, né? Como a Juliana falou, porque hoje no mundo todo, milhares e milhares de pessoas tão sendo obrigadas a se deslocar do seu local de moradia, associado a algum tipo de situação extrema. Ou por guerra, ou por ações também da especulação imobiliária, grandes projetos imobiliários ou intervenções. Na época da Copa do Mundo, a gente viu, por exemplo, com a construção dos Estádios da copa e as obras associadas da Copa, né, muita gente perdeu a sua moradia naquele momento, o evento que gera essa remoção forçada ou esse despejo das pessoas, em geral, tá associado a um quase que sempre é um fator externo, vamos dizer assim, né?

HECTOR: Eu vou pegar o gancho aí da fala do Dito pra trazer, né que a gente sabe que muitos processos de remoção são adotados e apoiados pelo próprio Estado pelo próprio Governo. E aí muitas famílias são removidas de suas casas para obras de abertura de vias, canalizações, urbanização entre outras acontecerem, como o próprio Dito trouxe o exemplo da Copa do Mundo, né e muitas vezes uma nova moradia para essas famílias não está na conta dessas obras. Em alguns casos, o Estado também faz apoio a reintegração de posse de imóveis privados, mas esses imóveis tendo dívidas estando abandonados por anos já. Esses são alguns exemplos que a gente traz aqui, mas para dizer que esses processos, em geral, não se dão de forma pacífica e até consentida de certas vezes, né? Então na experiência de vocês, como é que ocorrem esses processos na prática?

JULIANA: Bom eu acho que primeiro a gente tem que partir da seguinte regra que é a regra de ouro, Hector, no Brasil, só quem pode fazer despejo ou remoção forçada é o Estado. Nós temos de fato essa situação que o Dito levantou que são as calamidades dos desastres climáticos, que estão englobadas dentro daquele conceito amplo, mas o ato de despejo, o ato de remoção, ele só pode ser realizado pelo Estado, mas não que na prática seja isso que ocorra tá? E é isso que a experiência do Dito traz até mais do que eu. Eu me lembro Dito de uma de um caso que teve aqui em Belém que foi um caso pitoresco, que é um caso assim que demonstra muito a questão da ineficiência do Estado em garantir a segurança da posse em várias vertentes. A gente teve um caso aqui em Belém em que uma rua chamada Rua da Paz, olha que nome interessante, houve um assassinato lá de um policial e aí não se sabe se a milícia ou se os traficantes entraram a noite e mandaram todo mundo da rua embora. A cena que saiu no Jornal do outro dia foi a polícia, os carros de polícia escoltando os moradores para fazerem a sua mudança. Olha que situação inusitada, né, o Estado demonstrando que, além de não conseguir garantir a regularidade fundiária, que era uma uma rua irregular, era um assentamento irregular, além de não garantir a regularidade, também não garantiu a segurança para que aquelas pessoas pudessem morar ali sem ser expulsa por milícia ou por facção. Uma das ações que a gente tomou até foi entrar com uma ação contra o Estado e contra a Prefeitura de Belém pedindo a regularização da posse como uma forma de tentar fazer com que essas pessoas tivessem o seu direito de moradia garantido, tá? Mas assim partindo dessa lógica então que a regra é “quem faz a remoção e o despejo é o Estado” o que a gente nota é que o Estado está descumprindo a lei. O que ocorre é isso, basicamente nós estamos dizendo aqui que o seguinte o Estado não cumpre a lei. Nós temos tanto normativos internacionais como normativos nacionais que determinam a forma como o Estado tem para fazer esses atos e o que ocorre é que o Estado não segue. Por exemplo, uma coisa que o Dito levantou aí que são os grandes empreendimentos, que são as obras que via de regra essas obras, elas são financiadas pelo BID, né? Aquela é o Banco Interamericano de Desenvolvimento ou pelo World Bank que é o Banco Mundial, você tem normativos desses bancos determinando que essas obras, elas têm que arcar com o reassentamento de eventuais removidos e tem inclusive a regra de que, caso o custo social e emocional supere o benefício daquela obra, a obra não tem que ser realizada. Então, o que ocorre é que há um maquiamento no cumprimento dessas normas. Basicamente é, o Estado não faz a sua parte. O Estado não reassenta, o Estado indeniza de forma muito irrisória e não reconhece a posse dessas pessoas pelo simples fato delas não terem um título que não foi dado pelo Estado. Então assim, um dos grandes problemas que nós temos é a invisibilidade dessas pessoas que residem nesses assentamentos informais. Para você ter noção, Hector, a gente nem consegue dimensionar o tamanho dos atingidos e dos

ameaçados pelos despejos e pela remoção, pelo simples fato de que essas pessoas não existem dentro dos processos judiciais e não existe dentro dos processos administrativos. O direito ele tem uma forma de fazer com que faça com que essas pessoas simplesmente elas não existam, elas somente existem como estatísticas dentro das filas das políticas habitacionais.

BENEDITO: Juliana falou bem sobre essa questão da invisibilidade. Esse foi, por exemplo, um dos desafios da organização nossa na Campanha Despejos Zero. Foi uma campanha aqui que a gente articulou. Na verdade rearticulou, porque ela já tinha tido algumas iniciativas no Brasil anteriormente, mas durante a pandemia houve um número muito grande de denúncias de despejo, remoções, chegando nos nossos movimentos e entidades. A gente então logo no início da pandemia, lá em 2020, a gente decidiu articular então essa campanha nacional e um dos objetivos da campanha era, e um dos desafios nosso também era tirar, e tem sido ainda, durante o período que a campanha ainda tá atuando nesse momento, tirar essa situação dos despejos da situação de visibilidade. A gente tem no Brasil hoje e, pelo levantamento da campanha, um número muito grande de família ameaçadas, de pessoas e famílias ameaçadas de despejo e há um esforço da campanha o tempo inteiro de tentar marcar essa situação para poder demonstrar para a sociedade de uma forma geral. Como a situação das famílias perdendo suas moradias, é um problema grave, porque afeta as pessoas dentro do ponto de vista psicológico, do ponto de vista da saúde, da saúde pública de uma forma geral. Um deslocamento também impacta a vida das crianças, até porque a criança que tá no ano escolar, por exemplo, durante o período escolar, quando ela é despejada, ela perde o ano escolar, fora todos os traumas também. Existem pessoas inclusive estudando a situação dessas crianças que quando estão sofrendo essa situação da ameaça de despejo, como isso mexe com a vida das pessoas principalmente das crianças. Então, trabalhar com todos esses componentes para tentar essas ferramentas, de informação e a estratégia também das redes sociais, das mídias alternativas e também buscar também, claro, espaço na mídia mais tradicional para tentar, então, é trazer as informações sobre essa dimensão desse problema, que ela é gigantesca. E mesmo assim, eu concordo com a Juliana,, que o levantamento que a campanha tem feito aí aproximando a 1 milhão de pessoas no Brasil tá subdimensionado. Eu acho que ainda é muito muito mais gente, a gente, por exemplo, não teve nem condições de acompanhar durante o período da pandemia, por exemplo, as pessoas que sofrem despejos individuais. A gente acabou trabalhando, o mapeamento colaborativo com os movimentos pra tentar ter uma dimensão. Então, eu sempre falo, que o levantamento que a campanha faz é uma amostra da gravidade do problema que é extremamente... é uma violência muito grande quando a pessoa perde a sua moradia. Na semana passada mesmo no Fórum Nacional

da Reforma Urbana fez uma rodada de diálogos lá em Brasília, em mesas de negociação e a gente fez um levantamento de 400 áreas mais emergentes de despejo no Brasil. Esse é o levantamento colaborativo. Certamente, desse levantamento, quando a gente foi entregar e circulou muita gente, depois entrou em contato com a campanha e falou: "Nossa, mas a minha ocupação não tá aqui." Porque é muito difícil a gente ter um levantamento atual, de todas as situações de conflito, de todos os despejos, de todas as situações emergenciais. E mesmo a gente, teve uma discussão também, na campanha, se a gente, nas negociações aí com o governo, eles pediram pra gente apresentar os casos mais emblemáticos. Eu perguntei o que é caso emblemático, porque o que é emblemático pra mim, pode não ser para o outro, pode ser? Aí a gente falou, vamos tentar apresentar os casos urgentes, os mais urgentes. Mesmo assim, ainda muita gente falou: "Mas será que o meu é mais urgente ou menos urgente?", é muito difícil também a gente estabelecer, vamos dizer assim, um critério também para definir qual situação é mais emergencial, qual situação é mais complicada porque quem tá na ameaça de despejo, porque é uma ameaça contra a própria vida, porque ficar sem casa é uma questão de vida ou morte. Porque hoje no Brasil, a gente tem milhares de pessoas em situação de rua, vivendo com famílias inteiras nas calçadas, a gente sabe o que é hoje a situação das pessoas vivendo situação de rua em todo o país, que é uma situação extremamente grave e extremamente difícil. Então, a ideia da gente tentar é fazer esse diálogo com a sociedade, fazer esse diálogo, claro, com a mídia, trazendo mais informações sobre essa situação. Porque, de fato, a Juliana tem toda razão, existe uma invisibilidade e um descaso muito grande. O Professor Luiz Kohara diz também sempre que essas pessoas são descartáveis e é mesmo porque o capitalismo descarta muito os pobres, então, por isso que a gente vive também essa situação muito grande de invisibilidade. Então, esse é o desafio: dar visibilidade aos invisíveis. Construir processos de visibilidade para aquelas pessoas que estão na invisibilidade, então acho que fica para nós essa palavra forte que a Juliana trouxe, de como superar essa situação de invisibilidade dos excluídos, especialmente na situação de conflito fundiário. E quando eles aparecem, muitas vezes, pela mídia oficial e tudo mais, é numa situação de criminalização. Para criminalizar a pobreza, para criminalizar as ocupações, como a gente viu no sul da Bahia agora em relação ao MST. A Suzano Papel e Celulose, derrubando a Mata Atlântica e plantando eucalipto. E o movimento vai lá faz uma denúncia, do tal do deserto verde e há todo um movimento para tentar criminalizar o MST. Então, a gente vive muito essa situação de criminalização também dos movimentos, né?

JULIANA: Você sabe Dito, você levantou um ponto aí é que me fez lembrar de um caso aqui em Belém que pega bem nesse ponto da questão da invisibilidade, parece que o poder não enxerga a existência dessas pessoas, não enxerga que essas pessoas não são

bandidos. É a sua faxineira, é a babá do seu filho, da sua filha, é o seu porteiro. São pessoas de bem, como se diz, né hoje, né? São aquelas pessoas que simplesmente não tem um dinheiro para acessar uma moradia melhor. E aconteceu aqui, que a gente, com a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil em 2015, a gente passou a ter a mediação coletiva nessas hipóteses de Reintegração ou possessória coletiva, tá? Só que aqui não tava tendo. E aí a Defensoria começou a entrar nesses processos e pedir para que sejam feitas. Tinha uma liminar que o juiz estava querendo cumprir rapidamente, a gente conseguiu com que ele agendasse a sessão de mediação e ele agendou. No dia chegaram mais de 300 famílias e ele não tinha onde colocar aquelas pessoas e aí ele colocou no salão do Júri, quando ele viu aquelas 300 pessoas ali que eram famílias, que eram pessoas, que não era aquilo que ele imaginava, ele suspendeu na hora a liminar. Ele conseguiu quando ele enxergou o sujeito de direito, quando ele enxergou o homem e a mulher, a criança o idoso de carne e osso quem tava ali na frente dele, ele não teve coragem de simplesmente dar uma caneta, mandar com que a polícia fosse lá e retirasse aquelas pessoas. Então, esse é o ponto chave aqui! A gente precisa tirar essas pessoas da invisibilidade, a gente precisa que essas pessoas sejam vistas pelo poder porque só assim realmente a gente vai conseguir parar um pouco isso que é um hoje é um trator que passa por cima das casas, enfim.

HECTOR: vocês trouxeram pontos interessantíssimos, eu vou retomar rapidamente Juliana, a sua fala anterior. Quando você diz, que o Estado é quem faz esse processo de remoção e de despejo, você fala que às vezes ele falha nesse processo de reintegração de posse. E aí se o Estado falha nesse processo, a quem a gente vai recorrer então nesse momento? Talvez seja uma pergunta bastante difícil de se responder, mas é uma questão que fica aqui no ar, sabe? Esse debate.

JULIANA: Olha, eu diria hoje para recorrer pro "Dito". O "Dito" é um dos caras que tem uma maior articulação no Brasil para conseguir tirar essas pessoas da invisibilidade. Mas vamos lá, a primeira coisa que a gente tem que raciocinar aqui é que a gente não pode pensar de uma forma simplista, como se a única porta de entrada para isso fosse o poder judiciário, pelo contrário, o fenômeno das ocupações irregulares ou informais, ele é muito mais complexo e ele demanda muito mais com que se atue em outros órgãos para que a gente possa consolidar moradia. Quando a gente fala em moradia adequada, a gente não tá falando somente no título da pessoa, ter o título da casa dela. Não! A gente tá falando que ela vai ter água, energia elétrica, transporte, vai ter iluminação pública, vai ter a escola, vai ter creche. Então, quando a gente vai falar de moradia adequada, a gente amplia para outras hipóteses de atuação, então, por exemplo, existe porta dos serviços públicos e de infraestrutura, de você correr atrás de uma empresa, fornecedora de energia

elétrica para quem está ali os postes, leve energia para aquele lugar, a questão do esgoto, a questão da coleta de lixo, isso faz com que você passe a consolidar aquele assentamento Urbano. Quanto maior o nível de consolidação, maior, mais chance a gente tem de regularizar, de fazer com que aquelas pessoas ali permaneçam. Além disso, a gente tem, por exemplo, os conselhos temáticos, que você tem o conselho da cidades, você tem conselhos na esfera Federal, na esfera do Estado e na esfera do Município. Esses conselhos, eles acabam também colaborando para decidir onde vai ser regularizada, onde não vai. Ou o que fazer para reassentar aquelas pessoas. Você tem hoje as câmaras de mediação que vão ser instituídas, estão sendo instituídas pelo regime de transição, que é aquela ADPF 858 que suspendeu os despejos na pandemia, determinou que agora ao retornar as remoções, a gente passa até então ter essa mediação, então, é esse campo da mediação ele também tira essas pessoas da invisibilidade. E você tem também os mecanismos internacionais. Você tem o caso da Vila Soma, por exemplo, que é um caso que foi levado para a OEA e que, apesar de não se ter uma decisão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, só o fato de chegar até lá, acabou fazendo com que se gerasse uma negociação aqui. Hoje, na Vila Soma, a gente já tem uma negociação de regularização, a gente já tá tendo outros problemas no tocante à regularização, mas veja, o despejo e a remoção que era de inúmeras famílias, ia ser um desastre humanitário, ele conseguiu ser suspenso. Então, não necessariamente é só essa via de "Ah, eu vou procurar um advogado, eu vou procurar a Defensoria Pública, eu vou procurar o advogado do Popular", não somente isso. Eu acho que o ponto chave é a comunidade se unir e, a partir daí, começar a correr atrás da demanda para ali permanecer.

BENEDITO: Então, eu queria trazer também a gente falou que ele deve invisibilidade desses processos também é do papel do Estado. Mas eu queria também fazer uma troca com vocês, fiquei pensando um pouco depois da fala da Ju também pouco. É sobre é como esses temas, embora, a gente é reconheça de Fato, que existe uma invisibilidade muito grande em relação a esse tema da moradia popular né dos espaços populares de moradia da favela da casa, tudo mais, mas esse tema do Direito à Moradia, da casa da favela, do despejo, ele permeia a cultura popular, às vezes até de uma forma engraçada, até de uma forma né conformista, sobre vários aspectos. E aí eu queria aqui, por exemplo, trazer alguns exemplos, por exemplo, a música "Saudosa Maloca", por exemplo, ela fala, de uma... ela é uma situação de despejo, dá um casarão no s pessoas que acabam sendo expulsas, no centro de São Paulo e as pessoas, ah, de forma conformista, vão, vivem essa situação do despejo. Temos um caso, por exemplo, também da música do Adoniran Barbosa, "Despejo na Favela" também que fala da situação do despejo, que fala do conflito do juiz, do oficial de justiça, porque isso tá na vida do nosso povo pobre de forma cotidiana, porque foi a forma, de a população pobre periférica negra desse país, elas ficar-,

elas viveram o tempo inteiro sendo jogada de um lado... de um lado pro outro, o tempo inteiro. Então, a lógica da expulsão ela existe desde a escravidão, desde o período colonial; a forma de apropriação, patronialista, a forma também, patrimonialista, de apropriação do solo, da terra, urbano e rural desse país. Então, ele tem na cultura popular esse... esse entendimento, vamos dizer assim, sobre como funciona essas lógicas da expulsão. E tem diversas eh, eh eh... músicas. Queria, também, trazer, por exemplo, a música da Leci Brandão lá, do “Zé do Carço”, que fala, da... de uma liderança comunitária, também numa comunidade do Rio de Janeiro, que, para mim assim, sabe, é uma... um exemplo de... é uma canção super bonita, que fala dessa... desse cotidiano da favela, da resistência popular, da liderança popular, também, ali, e da dificuldade que é organizar o povo na periferia e na ocupação. Então, eh, eh... esses processos, que tá presente na vida e na cultura popular, especialmente contada a partir, também, em geral, da história do nosso povo negro no samba e tem que ser centenas, dezenas, vamos dizer assim, de canções, de histórias, de poesias. Hoje mesmo, mesmo nos atuais grupos culturais, nos “slams” desses espaços mais coletivos da cultura popular, né, da juventude especialmente da juventude negra da periferia e nos livros de produção popular. a periferia existe muito isso e também mesmo no hip hop, se a gente pegar as músicas do Racionais Mc, por exemplo, eles traz um retrato da periferia que é cantada pela nossa juventude o tempo inteiro. Essa invisibilidade, talvez, embora ela exista para as classes dominantes, para as elites, mas ela tá muito presente na nossa vida cotidiana daqueles que de fato... dos sofrendores, daqueles que estão sofrendo o tempo inteiro, a vida do despejo. E a periferia, a juventude, o movimento popular tem uma capacidade de transformar tudo isso em poesia, em arte e resistência cultural e sobre diversos aspectos também. Então existe também esse lado, porque a gente tá trazendo aqui o lado mais duro, formal da questão, mas existe um outro lado lúdico de todo esse processo e eu acho - e a gente pode trazer aqui do ponto de vista cultural, a análise antropológica, sei lá...

Por outros, outros caminhos, é... que também, é... tá associado também muito, né, aos processos de resistência popular e a forma como os Movimentos Sociais, os Movimentos Populares ao longo da história desse país, se eu pudesse pegar, se a gente pudesse pegar desde as Guerras de Canudos e outros processos de resistência popular no Brasil a gente vai ver, né, que esteve presente, na luta do povo negro quilombola, com o Zumbi dos... em Palmares; esteve em Canudos; teve na revolta dos Malês; teve nas Cabanagens; teve nas resistências populares históricas do nosso povo, é... para poder resistir, a qualquer processo de dominação. E isso tá associado, aos processos de remoção, aos processos de despejo e aos conflitos pelo acesso à terra e pelo direito, vamos dizer assim, em algum momento de você poder ficar naquele espaço que você construiu para plantar, pra morar, para produzir e tá cotidianamente presente na nossa vida. É por isso que quando a gente tá na luta, na passeata, na mobilização popular, a música tá muito na nossa vida o canto

popular. A gente fala “Nosso direito vem”, “Se não vir o nosso direito o Brasil perde também” e o povo canta junto à resistência. Lá também, quando muitas vezes, na reza do povo negro, na reza dos evangélicos também, que muitas vezes, quando tem um despejo, os evangélicos chegam também para rezar junto. Então, essa mistura da resistência popular e da cultura, ela tá muito presente, também, nesse cotidiano e ela não é invisível para nós, ela tá muito presente na nossa vida. Então, é importante também a gente trazer esse outro aspecto, que tá bem visível, tá bem presente, no nosso cotidiano e o povo, da periferia, o povo que tá na luta contra os despejos transforma tudo isso daí em resistência a partir do canto, da música, da dança, da poesia, e da juventude. Por isso que Marielle, por exemplo, foi assassinada por isso, ela tava numa luta enfrentando, lá na região da Maré, né, as milícias. Então, enfrentamos a luta, e era uma luta por direito, ao território por, e por garantir, também, a luta pelo direito à moradia, contra a milicialização dos territórios - que aqui a Juliana trouxe também, né? Então eu acho que é muito importante também fazer esses resgates, porque acho que é importante que a gente siga resistindo e nos retroalimentando a partir das nossas lutas e dos nossos protestos de resistência, né?

JULIANA: Dito, eu acho que você falou um ponto-chave aqui que a gente precisa focar, sabe, deixar bem claro assim. É... os despejos ele tem cor, o despejo tem classe, o despejo ele, de fato, a grande maioria das pessoas que sofrem são as pessoas pretas, as pessoas pardas e as pessoas de classe social mais empobrecida. Isso não ocorre com brancos, isso não ocorre com ricos, que eles são desapropriados; eles são indenizados quando é necessário deslocá-los, né, e quase nunca o é. Esse é o ponto chave assim. É muito lindo te ouvir falar sobre a resistência. A melhor resposta, mesmo, que foi dada para essa tua pergunta, Hector, eu acho que é isso, sabe, a resistência mesmo que já é feita por essa... por esse povo e que a única forma mesmo que a gente tem para romper esse obstáculo que existe entre acessar a moradia e conseguir com que o poder público reconheça esse direito a moradia.

HECTOR: O Dito é... avançou aqui o nosso próximo tópico que era resistência e eu amei que você fez isso, Dito, porque você trouxe uma fala espetacular e eu acho muito importante e interessante também você trazer essa é... essa perspectiva da resistência através da cultura e da fé, também. Teve um momento aí que você falou dos evangélicos que se reúnem, então também existem essas resistências, porque quando a gente tá aqui nesse processo de debate mais teórico, a gente fala muito da resistência através da luta, mesmo, de passeatas e ações mais diretas e esquece dessas ações que, até certo ponto, são até mais lúdicas para quem não tá na vivência desses processos, para quem não tá na luta diária desses movimentos, entendeu? É muito mais fácil para uma pessoa entender um processo de despejo, por exemplo, ouvindo “Saudosa Maloca” dos

Demônios da Garoa, do que ouvindo uma palestra. Então, eu acho essa fala do Dito muito importante, muito obrigado por ela, Dito.

BENEDITO: É... eu queria só fazer um complemento. Eu esqueci de falar e não podia deixar de esquecer, como a gente já falou aqui, né, da... desse aspecto mais cultural, histórico, mais antropológico desse processo de resistência. Queria lembrar, falamos de Racionais MC, fala..., eu queria falar também de Maria Carolina de Jesus, com seu “Quarto de Despejo” e os outros livros que agora, aqui, eu não me recordo, mas eu sei que ela escreveu traduzindo essa vida da favela e a vida das ameaças de despejo num período, extremamente difícil que foi no período da ditadura. E ela morava aqui perto, aqui no centro de São Paulo, no Canindé. Então, ela contou, a partir do diário de vida dela, o que que é morar na favela e o que é resistir e o que é construir, também vamos dizer assim, a partir de uma experiência tão pessoal, viver aquela situação de ameaça, de conflito. Porque em todo o Brasil, certamente, essas figuras, que é... é emblemática da nossa luta e do nosso processo de resistência, elas estão presentes no nosso cotidiano, no cotidiano do nosso povo e vão alimentando essa luta e essa resistência popular pra poder garantir a nossa presença nos territórios. É uma presença muito difícil, muito dura, porque ficar em ameaça de despejo, de ser removido, praticamente, e essa insegurança, ela está presente quase que na nossa vida toda. Por isso que é muito importante que a gente possa, aqui, dialogar sobre isso, mas dizer que essa é uma luta permanente. Não adianta a gente imaginar que vamos lutar hoje e amanhã não tem mais luta. É lutar sempre, lutar todos os dias, toda hora, para que a gente possa, de fato, garantir aquilo que você falou no início do nosso debate, “Como garantir uma cidade mais solidária, mais inclusiva pro nosso povo” É luta! Lutando, porque não tem outro jeito, né?

HECTOR: E a gente tá se encaminhando para o final aqui do nosso papo e aqui no quadro do diálogos urbanos, a gente gosta sempre de finalizar com uma pergunta chave nessa perspectiva, né, de uma cidade com uma moradia digna é bem localizada segura e todos esses aspectos que falamos aqui no nosso debate. Como seria uma cidade ideal para vocês pensando nesses aspectos?

JULIANA: Bom, eu vou puxar para o meu espaço de fala, tá? No meu lugar de fala onde eu tô sentada que é o lugar de mulher. Assim, além obviamente de você ter uma cidade que seja resiliente, ambientalmente sustentável, mas um grande... Uma grande luta e o que me fez inclusive ir para o estudo do direito à cidade foi a questão de quanto que a cidade ela é masculina, quanto o espaço fora do lar, o espaço fora da casa, ele é um espaço muito violento para nós mulheres, então a minha cidade ideal é aquela cidade que eu poderia andar somente com o risco de sofrer um furto, um assalto, e não com o

risco de sofrer um estupro. Então para mim essa seria a cidade ideal, aquela que eu pudesse hoje sair qualquer hora do dia, qualquer hora da noite, sem correr o risco de toda essa violência sexual que ela é perpetrada contra as mulheres, seja pelos olhares, seja pelo assédio, e seja até pela violência em si do estupro.

BENEDITO: Então pessoal. Eu fiquei ouvindo aqui a Juliana. Eu... eu moro há muitos anos aqui em São Paulo. E eu gosto muito eu... eu nasci numa cidade pequena aqui no interior de São Paulo. Depois cresci numa cidade um pouquinho maior, mas um ano de idade eu fui para lá, ela se chama São Joaquim da Barra. Então lá, eu acho que lá é a minha cidade assim que eu olho... poxa, aí sabe os espaços da moradia são mais adequados... é algo não faz... agora tá faltando água e água tá caro lá. Mas tem uma época que tinha água, essa minha água era mais barata, porque agora eles privatizaram lá o serviço de acesso à água, as as pessoas tinham água, a minha mãe eu lembro que ela não reclamava, tinha bastante água, ela gostava até de lavar calçada, lá o pessoal reclamava: Dona Betina, não pode ficar lavando a calçada com a água. Mas ela tinha bastante água lá. Então, se a gente pudesse, né assim, é viver num espaço, sem que se ninguém enchesse o saco da gente, já era bom demais. Porque hoje em dia nem estou mais pensando naquela cidade idealizando muito. Porque eu lembro que quando eu em 2003, quando o Lula ganhou eleição o Nabil Bonduki, o Kazuo, várias lideranças intelectuais aí da área urbana, izeram um plano, Nacional, chamado Plano Nacional de Habitação. E eles disseram com aquela quantidade de investimento quase pelas condições, fizeram lá as taxas de juros, não sei o que... somaram e fizeram falaram aí: em 20 anos a gente vai resolver o problema da cidade. 20 anos se passaram e a gente viu que as cidades pioraram. Então, eu tô mais agora, não é pessimista, mas eu tô né, queria, sabe, é isso que o Ju falou, né pô? Das mulheres, hoje nas cidades, elas são ameaçadoras. Elas são o X pra vida das mulheres, são o X para vida dos jovens, do jovem negro na periferia. Ele não pode sair. Porque os territórios são muito demarcados, se ele atravessar uma rua que não pode a polícia já vem, já cerca, dá um enquadro, esculacha. Então, a gente precisava de ter, o mínimo de condição pô. Não precisa tu poder sobreviver com uma certa tranquilidade. Porque as pessoas pudessem viver, é cuidar da sua vida, da sua família. Enfim, poder participar também evidentemente tem alguma atividade se tá dando a sua comunidade, mas que o mínimo de de condição, nem pensar mais naquela cidade ideal, o mínimo, o é problema é que a gente não consegue ter o mínimo. Então, é muito muito difícil. Ah... isso que a Ju falou. É... uma companheira sai de casa hoje, não sabe se não vai voltar sem sofrer uma importunação sexual, sem sofrer aí uma violência então, as mulheres saem com medo de casa. Os jovens negros e as pessoas pretas, sai com medo da polícia. Não sei se dali eu vou sofrer um enquadro, vou levar um tiro, uma bala perdida entre aspas. Olha o que acontece com as ocupações no... nas favelas no Rio de Janeiro, mas a gente

sabe como isso acontece nas periferias de todo o Brasil, a violência policial. Tem um jornalista que se chama André Camarante. Ele tem um... é que ele tem um inclusive um jornal que ele que eles trabalham, que chama Ponte, jornalismo que trabalha só sobre violência policial, então, eles trazem informação do Brasil inteiro. Então, a violência policial espalhada, assim, generalizada por todo o país, especialmente contra pobre, contra preto, contra periférico. Então, é muito difícil! Contra as mulheres, e também a violência, o machismo, sexismo contra pessoas trans também? Então, a violência muito grande. Então, ser homossexual nesse país é um ato de heroísmo. Mas a gente sabe. E eu e o meu filho é homossexual, então, às vezes eu falo, meu filho, tem muito corajoso, eu falo toma muito cuidado, meu filho, quando você vai sair, porque eu morro de medo, eu fico preocupado com ele, com a segurança dele também, porque a gente sabe que é muito arriscado é muito perigoso, ser homossexual, ter pessoa trans nessa nesse país, nessa cidade. Então, queria falar, então, a gente precisava do mínimo, porque as pessoas pudessem viver com o mínimo de paz e de segurança, então, a gente... eu tô muito preocupado com o futuro do Brasil, com a situação especialmente da nossa juventude e também com a situação das mulheres, principalmente, porque eu todos os dias. O número de violência de feminicídio gigantesco, né? Então a gente fica muito muito preocupado. Queria que tudo fosse diferente, né, mas tá difícil, né...

HECTOR: No fim das contas a cidade ideal não precisa ser aquela cidade futurista de Hollywood. Apenas uma cidade onde a gente possa viver, mas é isso. Quero agradecer novamente a participação de vocês. Quero agradecer você também querida e querido ouvinte que nos ouviu até aqui e para mais conteúdos do projeto TraDUS. Segue o @projetotradus no Instagram e também estamos no Facebook. Se cuidem, cuidem das nossas cidades e até o próximo.

[Trilha]